



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Em atendimento à INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 40, de 22 de maio de 2020, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP) para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.

Estudo Técnico Preliminar (ETP) é o documento que integra a primeira fase de planejamento das contratações públicas e tem o objetivo de demonstrar a real necessidade da contratação; descreve as análises realizadas em termos de requisitos, alternativas, escolhas, resultados pretendidos e demais características, dando base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico.

I - NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 1.1 Constitui objeto deste documento o fornecimento de software e serviço de instalação de uma (01) licença perpétua do Software Agisoft Metashape Professional Edition, node-locked, última versão, com suporte técnico on-line e atualizações para uso da 2ª Superintendência Regional da Codevasf, em Bom Jesus da Lapa – BA.
- 1.2 A busca de novos métodos de execução dos serviços de engenharia e topografia da Codevasf, através do processamento de imagens, que já é uma realidade praticada pelo mercado, faz com que se ganhe agilidade, principalmente quando se trata de grandes áreas a serem levantadas, além de proporcionar ganho na qualidade dos trabalhos apresentados e tempo para a tomada de decisão.
- 1.3 Com a expansão da área de atuação, bem como do aumento da demanda dos serviços topográficos, buscam-se novos métodos de execução dos serviços, métodos estes que remetem os serviços topográficos a um novo patamar, deixando de ser convencional e buscando uma nova realidade praticada no mercado. A aquisição do software para processamento de imagens ajudará a 2ª SR nos serviços realizados por VANT (Veículo Aéreo Não Tripulado), seja ele da Codevasf ou de empresa contratada.

II – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

2.1. Dos Normativos que Disciplinam a Contratação

2.1.1. O procedimento obedecerá, integralmente, aos seguintes normativos:

- a) Lei nº 10.520/2002
- b) Lei nº 13.303/2016
- c) IN nº 40/2020
- d) Decreto nº 10.024/2019

2.2. Motivação da contratação:

- 2.2.1 Benefícios diretos e indiretos que resultarão da aquisição: Com a aquisição da licença do software Agisoft Metashape será possível o processamento de imagens oriundas de levantamentos aéreos executados por drones e vants, agilizando de sobremaneira os trabalhos executados em campo e trazendo a Codevasf para um novo patamar tanto na execução quanto na apresentação de seus trabalhos.



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
2ª Superintendência Regional

- 2.2.2 Conexão entre a contratação e o planejamento existente: Fornecer ferramentas e aprimorar o conhecimento e a técnica de execução dos trabalhos realizados por seus empregados, buscando viabilizar o desenvolvimento de ações que promovam o desenvolvimento nos municípios que fazem parte da área de abrangência da 2ªSR.

III - LEVANTAMENTO DE MERCADO

3.1. O levantamento de mercado consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de aquisição para o insumo em pauta, com ampla procura no comércio nacional. Foi realizada pesquisa de mercado em empresas fornecedoras, sites de internet e no Painel de Preços, onde foi encontrada apenas uma dispensa de licitação, no âmbito federal do ano de 2020 e uma licitação no ano de 2021 em âmbito estadual.

IV - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

4.1. Consiste na realização de Pregão Eletrônico para fornecimento de software e serviço de instalação de uma (01) licença perpétua do Software Agisoft Metashape Professional Edition, node-locked, última versão, com suporte técnico on-line e atualizações para uso da 2ª Superintendência Regional da Codevasf, em Bom Jesus da Lapa – BA.

V - DA QUANTIDADE A SER CONTRATADA

5.1. Apenas uma (01) licença será adquirida do software em questão por si tratar de um software específico para a área técnica e onde poucos técnicos utilizarão, sendo disponibilizado em rede.

VI - DEFINIÇÃO DO MÉTODO PARA ESTIMATIVAS DE PREÇOS OU DOS MEIOS DE PREVISÃO DE PREÇOS REFERENCIAIS.

6.1. A estimativa de preços foi realizada em conformidade com a Instrução Normativa nº 65, de 07 de julho de 2021, dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, conforme segue:

Art. 5º - A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 01 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - Dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
2ª Superintendência Regional

de até 06 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - Pesquisa direta com, no mínimo, 03 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 06 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - Pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 01 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

6.2. Diante do exposto, o valor referencial para a contratação é de R\$ 23.698,57 (Vinte e três mil, seiscentos e noventa e oito reais e cinquenta e sete centavo), constituindo o valor máximo para contratação.

VII - CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

7.1. A CODEVASF já adquiriu um drone e está em processo de aquisição de um vant, ambos equipamentos, para levantamentos por fotos aéreas, necessitam do software para processamento das imagens.

VIII - DEMONSTRAÇÃO DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

8.1. A demonstração do alinhamento entre a contratação e o planejamento é viável pela especificidade de atuação da **CODEVASF**, empresa pública federal, criada pela Lei nº 6.088/74, entidade integrante da Administração Pública Indireta (Decreto-lei nº200/67, art. 4º, I "b"), inscrita no CNPJ sob o nº 00.399.857/0001-26; e que tem expandido sua área de atuação para diversos municípios do Estado da Bahia, âmbito da 2ª Superintendência Regional, além de contar com diversos perímetros irrigados e grandes áreas de barragens, o que torna os serviços técnicos de engenharia e topografia mais trabalhosos e demorados devido ao corpo técnico reduzido, porém a inclusão de novas ferramentas trás agilidade e eficiência aos serviços prestados pelos seus colaboradores, sobretudo em áreas maiores.

IX - RESULTADOS PRETENDIDOS

9.1. O resultado pretendido é a melhoria dos serviços topográficos prestados pelos seus colaboradores, aumentando a agilidade, a apresentação e propiciando melhorias na tomada de decisão.

X - PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

10.1. Dentre as providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, consta a indicação em TR do fiscal que acompanhará todos os trâmites ao cumprimento das Ordens de Serviço – OS. No processo administrativo pertinente à contratação de fornecimento constam todos os documentos cabíveis e necessários emitidos para o fiel cumprimento do objeto proposto, instrumento que irá nortear as ações competentes da fiscalização nomeada para tal.



XI - IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS DE TRATAMENTO

11.1 A empresa que se candidatar ao processo licitatório deverá observar os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, no que couber, conforme a instrução normativa SLTI/MP nº 01/2010:

- a) Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- b) Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- c) Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

No mais, em que for cabível.

XII - SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

12.1. O posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade desta contratação se constata uma vez que o software a ser adquirido está disponível no mercado nacional, admitindo amplas possibilidades de concorrência entre fornecedores.

Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

XIII - CLASSIFICAÇÃO NOS TERMOS DA LEI Nº 12.527, de 18 de Novembro de 2011.

13.1. Não aplicável.

XIV - DA MATRIZ DE RISCOS

14.1. A Matriz de Risco aplica-se ao projeto em questão e encontra-se anexa neste processo eletrônico.

XV - EXCEÇÕES À ELABORAÇÃO DOS ETP

15.1. Verificado atendimento ao artigo 8º da elaboração dos ETP, nas hipóteses dos incisos I, II, III, IV, VI e XV do art. 29 da Lei nº 13.303/2016. Não aplicável.

Bom Jesus da Lapa, 09 de novembro de 2021.

Alexandre José Villaça dos Santos
Analista em Desenvolvimento Regional
Mat. 11330-04